BOLETIM SEMANAL
Sindjus
Filiado à CUT/FENAJUFE
Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário e do Ministério Público da União no Distrito Federal
6 de dezembro de 2012

Pressa do governo e descaso do Judiciário fixam a GAJ em 90%

O governo se aproveitou da letargia do Poder Judiciário e aprovou no dia 5 o PL 4363/2012, fixando a GAJ em 90%. Em razão da aprovação do requerimento de urgência urgentíssima apresentado pelo deputado Lincoln Portela, o PLs 4363 teve o regime de tramitação alterado.

Durante Sessão do Plenário foi designado o deputado Cláudio Puty para proferir o parecer pela CFT e o deputado Fabio Trad, pela CCJ. Os deputados Policarpo e Pauderney Avelino manifestaram-se pela aprovação da GAJ de 100%. Porém, em votação, o Substitutivo da CFT e a redação final foram aprovados. Agora, o PL vai ao Senado.

Para o coordenador-geral Jailton Assis, o Judiciário não fez sua parte: "O ofício encaminhado no dia 22 pela CFT ficou sem resposta. Joaquim Barbosa não deu continuidade às articulações promovidas pelo seu antecessor. Diante da sonolência do Judiciário, o Executivo aproveitou para fazer a festa".

Quem tem pressa come cru

Foto: Valcir Rosa

Enquanto o Sindjus costurava para garantir a GAJ de 100%, um requerimento de urgência era construído. Essa urgência impediu que considerassem o texto aprovado pela CTASP, onde ganhou do relator avanços importantes relacionados à carreira. Policarpo também emendou o PL 4362 no que diz respeito à remoção.

Nas últimas semanas, o Sindjus trabalhava em várias frentes para viabilizar as gratificações de 100%. Apoios importantes foram conquistados, inclusive do relator do PL 4363 na CFT, deputado Afonso Florence, que se comprometeu a buscar o valor integral do projeto. Vários deputados e senadores, inclusive muitos líderes, foram procurados para que o desfecho fosse realmente a GAJ e a GAMPU de 100%.

O sindicato conversou diversas vezes com o diretor de Gestão de Pessoas, Amarildo Oliveira, com objetivo de o STF apontar as fontes de recursos à CFT, conforme solicitado pelo presidente da comissão, que demonstrou boa vontade em aprovar a GAJ de 100%, no entanto, outras entidades não entendiam a necessidade de o PL passar em todas as comissões e pressionavam pela apresentação de requerimentos de urgência, o que o Sindjus sempre considerou um erro. Essa pressa só confirmou o velho ditado popular...

Foto: Alexandra Martins

Erros corrigidos por Policarpo são ignorados

O relatório de Policarpo aprovado na CTASP representava uma vitória para os servidores até que os pareceres dos deputados Cláudio Puty e Fábio Trad jogaram fora tudo o que havia sido conquistado. Policarpo manteve a elevação da GAJ conforme proposta oferecida pelo STF: 72,5% (2013), 86,5% (2014) e 100% (2015). Na redação que foi aprovada ontem a sequência é 62%, 72,5% e 90%,

Policarpo havia corrigido a denominação "Oficial de Justiça Avaliador da União" para "Oficial de Justiça Avaliador Federal". No texto aprovado pelo Plenário essa correção não foi levada em conta, assim como a que alterava "Gratificação de Atividade Judiciária" para "Gratificação Judiciária", para evitar questionamentos às aposentadorias e pensões.

Policarpo, para valorizar a carreira, eliminou o direito de opção pelo acréscimo de 65% do valor da retribuição pelo exercício da FC para quem não fosse do quadro. O substitutivo aprovado manteve a opção de escolha por parte do servidor cedido. A emenda aditiva do STF, que previa a movimentação extraordinária incorporada no relatório de Policarpo, também se perdeu.

Dia da Justiça – Dia de luta para quem faz

"Que façamos deste Dia da Justiça um dia de protesto, um dia para dizer à cúpula do Judiciário e do MPU que merecemos respeito."

Não é segredo para ninguém que são os servidores que fazem a Justiça, no entanto, o Judiciário e o Ministério Público insistem em cometer injustiças com a nossa categoria. Quando é que os ministros do STF, presidentes dos tribunais superiores e procuradores-gerais vão assumir a responsabilidade que têm para com os servidores? Que façamos deste Dia da Justiça um dia de protesto, um dia para dizer à cúpula do Judiciário e do MPU que merecemos respeito. Nós, servidores, que botamos a engrenagem da Justiça para funcionar, não podemos ficar em segundo plano. Neste dia 8 de dezembro, vamos demonstrar nossa indignação nas redes sociais. Afinal, o Dia da Justiça é para quem faz Justiça e não para quem promove injustiças.

o Judiciário nos deve

Quem deve, tem que pagar. E o Judiciário nos deve. Não se trata de dever uma explicação ou uma satisfação em relação ao rebaixamento da GAJ para 90%. O Judiciário nos deve o que ele prometeu no dia 29 de agosto: GAJ de 100%.

No entendimento do Sindjus, compromissos são feitos para serem cumpridos. Ainda mais um compromisso feito pela alta cúpula do Poder Judiciário. O Supremo Tribunal Federal precisa honrar sua palavra e fazer justiça aos seus servidores.

Nós perdemos uma batalha importante no Congresso Nacional com a aprovação da GAJ de 90%, mas nós não perdemos a guerra. Ainda há meios de garantir a GAJ de 100%, seja modificando o PL no Senado ou remanejando os valores necessários dentro do próprio orçamento do Judiciário no início do próximo ano. Agora, para isso, o STF precisa fazer a *mea culpa* e começar a agir com a seriedade que esperemos.

Não podemos mais aceitar que o STF lave as mãos. De 2008 pra cá, a dívida do STF conosco é imensa: a discussão em torno da carreira; a equiparação salarial com outras categorias; o PL 319/2007; o PL 6613/2009; mandados de segurança exigindo a apreciação da proposta orçamentária original do Judiciário pelo Congresso, GAJ de 100%...

De imediato, nós exigimos do STF medidas concretas que levem à GAJ de 100% e a reabertura da discussão sobre a nossa carreira. Grande parte da responsabilidade por estarmos nessa situação de desvalorização profissional e salarial é da cúpula do Judiciário, que não sabe se impor diante dos outros poderes. Até quando o Judiciário vai se acovardar e aceitar as esmolas do Executivo? Quando é que o Judiciário vai levar seus servidores a sério?

Do jeito que está não dá para ficar. Dívidas devem ser pagas e nós não vamos nos furtar do direito de cobrá-las. A partir de hoje, o Sindjus vai voltar seu foco de luta para o Supremo em busca do pagamento dessas dívidas. Servidor(a), prepare-se para ir cobrar o que nos cabe desse latifúndio.